

Educação e política: um diálogo entre Rousseau e Arendt

Celestino Gabriel de Liz*

Introdução

Versar sobre a relação entre política e educação é uma ação um tanto quanto complexa. E compreender essa relação na perspectiva de notáveis pensadores, como Rousseau e Arendt, é algo em que o caminho a ser percorrido para a compreensão, por si só, nos faz refletir a importância de sempre estarmos revisitando os clássicos.

No entanto, Rousseau e Arendt foram pensadores majoritariamente da política de suas épocas. Não foram pensadores exclusivos da educação, porém ambos se debruçaram a pensar na crise instalada em seus tempos. Ambas as crises na educação foram influências da modernidade apesar de mais de dois séculos os separarem. As obras base desse *paper* são de Rousseau com *Emílio ou sobre a Educação* e Arendt com *A Crise na Educação*.

A crise na modernidade e a educação de crianças centralizou a escrita dos dois pensadores nos textos citados. Um obstáculo comum a ambos foi educar crianças em uma sociedade influenciada pela modernidade. De que maneira cada um pensou a saída para esse problema é uma das razões da relação entre educação e política. Para Rousseau (2017), a solução, além do “isolamento” de seu aluno, era a formação do cidadão; já Arendt (2016) apresenta uma proteção da escola como uma espécie de *between* [entre] da esfera privada e da esfera pública pelo amor *mundi*¹.

Com a chegada dos novos, isso é, com a natalidade, é que Rousseau e Arendt vão pensar a educação, e isso reside tanto na pensadora alemã com a natalidade como essência da educação quanto no pensador francês ao afirmar que “[...] tudo que não

* Formado em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, na linha de pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologia, sob orientação do Prof. Dr. Lidnei Ventura e membro do Grupo de Pesquisas Nexos - Sul.

E-mail: celestinogabriel@gmail.com

¹ O combate a esse mundo em ruína, ou fora dos eixos, é tematizado por Arendt através do *amor mundi*. É o que produz o mundo dos homens, aquilo que transcende a mortalidade dos que o habitam agora. O resultado do *amor mundi* dos homens necessita de uma constante renovação, e é através da natalidade que reside o processo de um novo início constante.

temos ao nascer e de que necessitamos quando adulto nos é dado pela educação” (ROUSSEAU, 2017, p. 42).

Rousseau e a superação do homem como cidadão

Dentro da perspectiva educacional, muitos Rousseau's são produzidos por pesquisadores, de modo que esse pensador é forjado à própria imagem e semelhança daqueles que o tentam definir, o que torna esses fragmentos suspeitos a nossa interpretação. Rousseau não é o pensador em que encontraremos total coerência entre as obras ou sobre uma única obra. Ao mesmo tempo, suas obras não devem ser lidas em separado. No *Emílio*, Rousseau (2017, p. 107) alerta os leitores: “leitores vulgares, perdoai meus paradoxos; é preciso fazê-los quando se reflete; prefiro ainda ser homem a paradoxos do que homens a preconceitos”.

Rousseau estava preocupado com que tipo de homem a modernidade produziria e lutava não apenas por uma revolução que se pronunciava, mas, sim, pela superação do homem comum.

Aquele que, na ordem civil, deseja conservar a primazia dos sentimentos da natureza não sabe o que quer. Sempre em contradição consigo mesmo, sempre hesitando entre suas inclinações e seus deveres, ele jamais será homem ou cidadão; não será bom nem para si nem para os outros. Será um desses homens de nossos dias: um francês, um inglês, um burguês; não será nada (ROUSSEAU, 2017, p. 45).

Para esse pensador havia um antagonismo evidente entre humanidade e cidadania e essa dissidência ocorria porque a sociedade de sua época era caracterizada pela miséria da maioria. Ainda na ideia de Rousseau, somente os homens reproduzem desigualdades, assim como somente os homens tinham a capacidade de combater e eliminar tal situação pela política e pela pedagogia. Como ele pensava, o que causava o mal era concretizado pela política, então, somente pela política seria possível combater e eliminar o mal.

Para Rousseau, o mal não é da natureza do homem, mas nasce das relações entre os homens, ou seja, em sociedade é que se produz o mal. É preciso, então, uma mudança de sociedade para a eliminação do mal. Como para Rousseau o homem não nasce mal, em seu estado natural não há o mal e ele adquire o mal somente quando se relaciona em sociedade, o que significa dizer que para esse pensador o homem se torna mal pela política e pela educação.

Na sua principal obra educacional, *Emílio*, Rousseau pensa como eliminar o mal através da educação e da política e as primeiras contradições que ele enfrenta são: como educar crianças para que superem o homem e se tornem cidadãos diante de educadores (preceptores) já corrompidos? Ou como educar crianças em uma sociedade corrompida? Assim, combater a influência da sociedade sobre a educação das crianças nos “moldes” de *Emílio* é uma tarefa árdua, mas também as crianças receberão, em determinada fase, uma educação positiva e, por consequência, uma educação política.

Em *Emílio*, o preceptor não encontrava argumentos para cada prática de forma dicotômica, como certo ou errado. Para o pensador francês, era importante que não fossem apresentadas e justificadas as ações para crianças, não era importante definir as escolhas como algo que havia somente dois lados, cada escolha individual deveria ter um único sentido, que cada um deu.

Rousseau tinha ciência de que a sociedade ideal para educar crianças já havia se esvaído, tanto que ele sabia que uma educação acontecia dentro de uma sociedade que já estava corrompida, com educadores corrompidos e educandos corruptíveis. Mesmo diante desse cenário, ele arquiteta *Emílio*, dizendo: “[...] prefiro ser um homem de paradoxos a um homem de preconceitos” (ROUSSEAU, 2017, p. 107). Nessa educação diatópica há o encontro com o preceptor mesmo já corrompido, com uma natureza humana ainda “natural” não corrompida.

Não há em *Emílio* uma defesa do espontaneísmo. A educação é heterodoxa, pois, para Rousseau, é nas relações humanas que se constitui o homem e supera-o para, posteriormente, como ponto de chegada, tornar-se o cidadão. Essas relações na educação se dão pelo educador-educando, pelo cidadão e pelo não-cidadão. Nesse sentido, em um primeiro momento, há a separação entre educação e política, em *Emílio*. A criança não é um miniadulto e nessa fase ela age com naturalidade e por necessidade. Ainda, segundo Rousseau (2017, p. 101), “[...] volto à prática. Já disse que vosso filho não deve obter nada porque pede, mas porque precisa, nem fazer nada por obediência, mas somente por necessidade”.

Para Rousseau, não há outro modo de vida humana senão a superação do homem pelo cidadão e, nesse sentido, a pedagogia e a política são duas categorias indissociáveis, o antagonismo do homem e do cidadão, o eu e o coletivo, a vontade e a necessidade são as contradições que fazem a relação inseparável entre pedagogia e política.

Outro aspecto contido na obra sobre a educação, de Rousseau, e o *Contrato Social* é que, também, a moral não pode ser pensada sem a política e a política não pode ser

pensada sem a moral. A moral é quando vivemos parte no bem ou parte no mal e não apenas em um só, já a política se refere ao viver como livre (na liberdade) ou oprimido (na opressão).

A liberdade, em Rousseau, é tratada da seguinte maneira: para ele, ser livre não é viver na anarquia das leis (sem lei) e muito menos obedecendo as leis dos outros, mas, sim, fazer a própria lei e essa lei é confeccionada diante de um contrato que realizamos com os outros. Análoga à educação em *Emílio*, ser educado não é somente sofrer ações dos preceptores, mas também não ser o educador dos outros, como também ser governado não para ser subserviente e, sim, para ser autogoverno, ou seja, ser governador de si.

Sendo assim, a educação, em Rousseau, não é o ponto de chegada por si, mas é o caminho entre o homem e o cidadão, entre o que é natural e o que é da sociedade, o individual e o coletivo.

Está em Rousseau um lugar em que a infância nunca foi pensada, um lugar de valor e destaque.

A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas; a infância tem o seu na ordem da vida humana; deve-se considerar o homem no homem, e a criança na criança. Atribuir a cada um seu lugar para nele fixá-lo e ordenar as paixões humanas segundo a constituição do homem é tudo que podemos fazer para seu bem-estar (ROUSSEAU, 2017, p. 90).

Por último, para Rousseau, educar não é um compromisso com o passado e nem a preparação para a vida, mas, sim, a vida a ser vivida; também não é preparar para o trabalho, mas o trabalho em sua concretude.

Arendt e a “educação não pode desempenhar papel nenhum na política”

O ensaio escrito por Arendt (2016) trata da crise que acometeu o mundo moderno, porém a partir do viés educacional. Em seu decorrer, o texto mostra as especificidades dos Estados Unidos para explicar de que forma a crise da modernidade adentra o campo da educação. Mesmo que ela não tenha escrito muito sobre educação, ainda é possível investigar este aspecto. Esta sessão será dedicada à apresentação dos problemas expostos em *Crise na Educação*, com relação à educação e à política.

Arendt (2016) cita o ideal educacional de Rousseau como o influenciador da educação como instrumento político. Um dos principais resultados foi a política sob a

forma ou o método de educação. Para ela, é falsa a convicção de que está na criança, no recém-chegado, o início da produção de novas condições para um “novo” já existente. A respeito disso:

Derivou-se dessa fonte, a princípio, um ideal educacional, impregnado de Rousseau e de fato diretamente influenciado por Rousseau, no qual a educação tornou-se um instrumento da política, e a própria atividade política foi concebida como uma forma de educação (ARENDR, 2016, p. 224-225).

Quando Arendt (2016, p. 225) afirma que a “[...] educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados”, é justamente uma referência ao tipo de educação desempenhada por governos tiranos. Vale salientar que esse divórcio da educação e da política não torna a educação apolítica. Não há desconexão entre essas duas palavras, para Arendt, na medida em que a educação ocupa o âmbito pré-político.

Mas mesmo às crianças que se quer educar para que sejam cidadãos de um amanhã utópico é negado, de fato, seu próprio papel futuro no organismo político, pois, do ponto de vista dos mais novos, o que quer que o mundo adulto possa propor de novo é necessariamente mais velho do que eles mesmos. Pertence à própria natureza da condição humana o fato de que cada geração se transforma em um mundo antigo, de tal modo que preparar uma nova geração para um mundo novo só pode significar o desejo de arrancar das mãos dos recém-chegados sua própria oportunidade face ao novo (ARENDR, 2016, p. 225-226).

A aceitação das revolucionárias pedagogias progressistas de forma vil e indistinguível fez com que, de uma hora para outra, se questionasse e ao mesmo tempo colocasse em xeque todas as tradições e métodos, fazendo com que a crise na educação se constituísse de forma tão singular.

Arendt (2016) retoma em um esquema os três pressupostos básicos que desembocaram na crise da educação. São eles: i) o mundo da criança e a sua suposta autonomia; ii) o pragmatismo² pedagógico e iii) a substituição do aprender pelo fazer.

² O pragmatismo na educação tem como principal pensador e difusor o norte-americano John Dewey (1859-1952). Como consequência do pragmatismo aplicado na educação, tivemos o que conhecemos por pedagogia progressista. Carvalho (2017, p.94) reconhece, através dos discursos de liberdade dentro da pedagogia progressista, o que foi batizado de “pedagogias da autonomia”, que inclui inúmeros teóricos que, embora tenham algumas divergências, se aproximam quando o tema é a liberdade, nomes como

O primeiro pressuposto é o autogoverno das crianças, um mundo só delas sem a autoridade do professor, rompendo a relação entre o adulto e a criança, com o objetivo de torná-las autônomas. Ao contrário do que possa parecer, no entanto, o banimento do adulto e o lançamento da criança ao mundo submete-a à uma situação de tirania da maioria.

[...] existe um mundo da criança e uma sociedade formada entre crianças, autônomos e que se deve, na medida do possível, permitir que elas governem. Os adultos aí estão apenas para auxiliar esse governo. A autoridade que diz às crianças individualmente o que fazer e o que não fazer repousa no próprio grupo de crianças [...] Assim ao emancipar-se da autoridade dos adultos, a criança não foi libertada, e sim sujeita a uma autoridade muito mais terrível e verdadeiramente tirânica, que é a tirania da maioria. Em todo caso, o resultado foi serem as crianças, por assim dizer, banidas do mundo dos adultos. São elas, ou jogadas a si mesmas, ou entregues à tirania de seu próprio grupo, contra o qual, por sua superioridade numérica, elas não podem se rebelar, contra o qual, por serem crianças, não podem argumentar, e do qual não podem escapar para nenhum outro mundo por lhes ter sido barrado o mundo dos adultos (ARENDR, 2016, p. 230).

Como resultado desse isolamento, há uma pressão gerada sobre a criança, pressão essa que às vezes nem os adultos são capazes de suportar, encaminhando-a à delinquência e ao conformismo ou, com certa regularidade, os dois casos juntos.

A emancipação da criança do mundo dos adultos é um problema que vai além da educação e está relacionado com a questão das esferas pública e privada, justamente quando ocorre a ocupação da vida privada pela esfera pública³. A responsabilidade que devemos assumir pelo mundo se configura em autoridade. Na modernidade, a perda dela é associada à perda da autoridade na esfera pública.

Quanto mais radical se torna a desconfiança face à autoridade na esfera pública, mais aumenta, naturalmente, a probabilidade de que a esfera privada não permaneça incólume [...] A perda geral de autoridade, de fato, não poderia encontrar expressão mais radical do que sua intrusão na esfera pré-política, em que a autoridade parecia ser ditada pela própria natureza e independer de todas

Dewey, Piaget, A. Teixeira e Paulo Freire. Arendt nunca citou nomeadamente Dewey em seu texto, porém ele foi o nome mais expressivo do pragmatismo na educação.

³ Há claras influências aristotélicas em Arendt. Uma delas é a separação entre esfera privada e pública, sendo a primeira relativa à vida do lar, da desigualdade e da necessidade e a segunda correspondente à praça pública, vida na pólis, lugar da liberdade e da igualdade. A dissolução de ambas por meio da expansão da esfera social é alvo de crítica, para Arendt. A educação se localiza entre a esfera privada e a pública, em um âmbito pré-político.

as mudanças históricas e condições políticas. O homem moderno, por outro lado, não poderia encontrar nenhuma expressão mais clara para sua insatisfação com o mundo, para seu desgosto com o estado de coisas, que sua recusa a assumir, em relação às crianças, a responsabilidade por tudo isso (ARENDR, 2016, p. 240-241).

A escola é o primeiro caminho pelo qual a criança segue para o mundo. Porém, Arendt (2016) afirma que a instituição educacional, a escola, não é de maneira alguma o mundo e muito menos deve servir a ele de simulacro. Esse espaço do entremeio, através do qual os que nasceram são introduzidos ao mundo. É o meio do caminho entre o lar e o mundo, a esfera pública e a privada.

A criança não teve contato com o mundo como adulto, por esse motivo ela deve ser apresentada a ele aos poucos. Os educadores exercem um papel fundamental para esses recém-chegados, a saber, o de apresentar o mundo para os novos. Neste processo, segundo Arendt (2016), o adulto jamais deveria replicar seu próprio mundo com as crianças, lançando responsabilidade sobre elas ou inserindo elementos políticos. A função da escola é o ensino de como o mundo é, ou seja, a criança não frequenta uma instituição de ensino para ser instruída de como viver nele de uma determinada forma ou de outra. Esse privilégio da diplomacia mundana com as crianças requer uma responsabilidade coletiva.

Vale salientar que os pais assumem uma responsabilidade com a educação de seus filhos e, ao mesmo tempo, pela vida deles, pois estão em desenvolvimento e vivem para dar continuidade ao mundo. Há uma dupla responsabilidade nesse processo: se, por um lado, a criança necessita de cuidado e proteção, por outro, o mundo necessita ser preservado e elas são a potência para tanto.

Arendt faz uma dura crítica à educação moderna na medida em que esta constrói um mundo exclusivo das crianças. A cada vez que isso acontece, são extirpadas as condições necessárias para o crescimento e para o desenvolvimento delas.

O educador tem uma responsabilidade com o mundo, já que é o seu representante para as crianças. Vale lembrar que Arendt afirma que essa responsabilidade não ocorre de forma arbitrária.

[...] o educador está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade, embora não o tenha feito e ainda que secreta ou abertamente possa querer que ele fosse diferente do que é. Essa responsabilidade não é imposta arbitrariamente aos educadores; ela está implícita no fato de que os jovens são introduzidos por adultos em um mundo

em contínua mudança. Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação (ARENDR, 2016, p. 239).

Arendt (2016, p. 246) faz a defesa de uma educação conservadora e explica que é no sentido do “novo contra o velho, o velho contra o novo”. Essa proteção de duplo sentido da criança e do mundo é a tarefa do seu conservadorismo e, ainda, afirma “exatamente em benefício daquilo que é novo e revolucionário em cada criança é que a educação precisa ser conservadora”. A negação dessa responsabilidade é, segundo Arendt (2016, p. 241), reflexo da mais cristalina exteriorização do desgosto com o mundo, “seu desgosto com o estado de coisas, que sua recusa a assumir, em relação às crianças, a responsabilidade por tudo isso”. O objetivo de proteger e de se responsabilizar pela criança está intrinsecamente ligado a esta categoria de conservação. O conservadorismo defendido por Arendt, portanto, está mais relacionado ao que nos restou da tradição do que propriamente à categoria em si, sobretudo na educação. Para ela, isso só tem validade quando se trata de adultos e crianças, mas não entre os pares:

[...] parece-me que o conservadorismo, no sentido de conservação, faz parte da essência da atividade educacional, cuja tarefa é sempre abrigar e proteger alguma coisa – a criança contra o mundo, o mundo contra a criança, o novo contra o velho, o velho contra o novo. Mesmo a responsabilidade ampla pelo mundo que é aí assumida implica, é claro, uma atitude conservadora (ARENDR, 2016, p. 242).

A psicologia moderna é a desencadeadora do segundo pressuposto apresentado por Arendt, e isso se dá justamente por meio dos fundamentos do pragmatismo. Para ela, houve uma emancipação da pedagogia com relação ao conteúdo a ser efetivamente ensinado, metamorfoseando a pedagogia em ciência do ensino em geral.

[...] a Pedagogia transformou-se em uma ciência do ensino em geral a ponto de se emancipar inteiramente da matéria efetiva a ser ensinada. Um professor, pensava-se, é um homem que pode simplesmente ensinar qualquer coisa; sua formação é no ensino, e não no domínio de qualquer assunto particular (ARENDR, 2016, p. 231).

O terceiro pressuposto é da substituição do aprender pelo fazer, consequência do “[...] só é possível conhecer e compreender aquilo que nós mesmos fizemos”. Arendt

(2016, p. 231) afirma que uma das máximas do pragmatismo é equivocada. Tal equívoco é ligado à ideia da construção do saber, ou seja, o fato de que seria preciso mostrar como o conhecimento se produz para combater a crítica de que aquilo que é ensinado para a criança se reduz a algo “petrificado”. À medida que isso era colocado na educação, como resultado, tem-se a substituição do aprender pelo fazer.

Com a introdução das concepções modernas acerca da aprendizagem, elas exerceram seu “pernicioso papel”. As instituições de ensino, enquanto implantavam esse pressuposto, transformaram-se em instituições vocacionais, uma vez que substituíram o ensino de conhecimentos por impor uma habilidade. Utilizar uma máquina de escrever, como dirigir um automóvel ou como ter êxito na “arte” de viver, foi mais determinante do que “[...] fazer com que a criança adquirisse os pré-requisitos normais de um currículo padrão” (ARENDDT, 2016, p. 232).

A educação, contudo, ao contrário da aprendizagem, precisa ter um final previsível. Em nossa civilização esse final coincide provavelmente com o diploma colegial, não com a conclusão do curso secundário, pois o treinamento profissional nas universidades ou cursos técnicos, embora sempre tenha algo a ver com a educação, é, não obstante, em si mesmo uma espécie de especialização. Ele não visa mais a introduzir o jovem no mundo como um todo, mas sim em um segmento limitado e particular dele (ARENDDT, 2016, p. 246).

Arendt faz a separação entre educação e aprendizagem e a terminalidade de ambas deve ocorrer, para o nosso tempo, no ensino fundamental e no médio (técnico), respectivamente. Porém, ao mesmo tempo, não há educação sem aprendizagem, assim como não se pode educar sem que haja ensino. Arendt (2016, p. 246) define que “Não se pode educar sem ao mesmo tempo ensinar; uma educação sem aprendizagem é vazia e, portanto, degenera, com muita facilidade, em retórica moral e emocional”.

Arendt e Rousseau: educação e política

A partir das questões apresentadas nas seções anteriores, é possível afirmar que a preocupação de Rousseau era a mesma de Arendt, ou seja, como educar crianças em um mundo fora dos eixos e em transição. Para Rousseau, foi necessário a criação de um ambiente utópico-pedagógico, assim ele protegeria seu educando de homens que ainda não eram cidadãos. Menos utópica e mais realista, ainda com uma linha tênue entre a esfera privada e a pública, Arendt coloca a escola no mesmo espaço dos legisladores, no âmbito pré-político, pois, para ela, a escola não é só escola, não é de maneira alguma o mundo e muito menos deve servir de simulacro deste.

Para Arendt, a natalidade não transforma um ser humano naturalmente em um ser político, mesmo que esse novo começo seja considerado como pré-condição da política. Também, Rousseau (2017, p. 42) trata em *Emílio* a questão do nascimento como sendo o primeiro passo para a superação do homem pelo cidadão, já que “[...] tudo que não temos ao nascer e de que necessitamos quando adulto nos é dado pela educação”.

Para Rousseau, tratando-se da primeira e da segunda etapas da vida, a autoridade do preceptor não é enfatizada e a criança é livre para escolher, independentemente se a escolha seja verdadeira ou de aparências. Aqui, o preceptor tem o papel apenas de problematizar essas escolhas e não de as impedir. Já em Arendt, a autoridade ocupa a centralidade da relação educador e educando e atribui a crise da autoridade, revelada no campo educacional como perda da autoridade dos pais ou do professor, a uma profunda relação com a crise da tradição. Isso não se mostra como um problema do passado, mas, antes, revela implicações com o mundo moderno.

O problema da educação no mundo moderno está no fato de, por sua natureza, não poder esta abrir mão nem da autoridade, nem da tradição, e ser obrigada, apesar disso, a caminhar em um mundo que não é estruturado nem pela autoridade nem tampouco mantido coeso pela tradição. Isso significa, entretanto, que não apenas professores e educadores, porém todos nós, na medida em que vivemos em um mundo junto a nossas crianças e aos jovens, devemos ter em relação a eles uma atitude radicalmente diversa da que guardamos um para com o outro (ARENDR, 2016, p. 245-246).

A educação como instrumento político é explícita no tratado *Da Educação*; nele, o que Rousseau buscava era a superação do homem pelo cidadão, porém a definição de cidadão do pensador francês tinha características de seu desejo: o desejo da revolução de sua época. É nesse ponto que reside a maior crítica de Arendt a Rousseau, pois, para ela, o ideal educacional de Rousseau defende a educação como instrumento político. Um dos principais resultados foi a política sob a forma ou método de educação. Ainda, segundo a pensadora alemã, para Rousseau é falsa a convicção de que está na criança, no recém-chegado, o início da produção de novas condições para um “novo” já existente. A respeito disso:

Derivou-se dessa fonte, a princípio, um ideal educacional, impregnado de Rousseau e de fato diretamente influenciado por Rousseau, no qual a educação tornou-se um instrumento da política, e a própria atividade política foi concebida como uma forma de educação (ARENDR, 2016, p. 224-225).

Quando Arendt (2016, p. 225) afirma que a “educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados”, é justamente uma referência ao tipo de educação desempenhada por governos tiranos. Vale salientar que esse divórcio da educação e da política não torna a educação apolítica, conforme já mencionado. Não há desconexão entre essas duas palavras para Arendt, na medida em que a educação ocupa o âmbito pré-político.

Mas mesmo às crianças que se quer educar para que sejam cidadãos de um amanhã utópico é negado, de fato, seu próprio papel futuro no organismo político, pois, do ponto de vista dos mais novos, o que quer que o mundo adulto possa propor de novo é necessariamente mais velho do que eles mesmos. Pertence à própria natureza da condição humana o fato de que cada geração se transforma em um mundo antigo, de tal modo que preparar uma nova geração para um mundo novo só pode significar o desejo de arrancar das mãos dos recém-chegados sua própria oportunidade face ao novo (ARENDR, 2016, p. 225-226).

Assim sendo, é importante destacar que, apesar de Rousseau e Arendt terem como ponto de partida a natalidade, fica evidente o afastamento das duas concepções pela categoria autoridade. Para o pensador francês há uma defesa da liberdade dos recém-chegados; enquanto que para a pensadora alemã é necessária a autoridade, seja ela na esfera privada ou na escola.

A crise na modernidade foi a crise de ambos, já o projeto de escolha da saída dessas crises se deu por vias distintas. Se, por um lado, Rousseau projetava a saída dessa crise pela educação e pela política, por outro, Arendt arquitetava a saída dessa crise pelo *amor mundi*.

As questões a se refletir diante desses pensadores são: é possível amar um mundo que glorifica o presente? É possível educar crianças em uma sociedade corrompida? Ou que se transformou em sociedade de consumo? Ou mesmo, como Arendt (2016, p. 248) aborda, “um mundo que, em toda parte, parece ter chegado ao fim”? É tirania arrancar das crianças o futuro que os adultos desejam?

Referências

ARENDR, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio**: ou da educação. São Paulo: Edipro, 2017. [Tradução, introdução e notas: Laurent de Saes].